



POLARIZAÇÃO E PROJEÇÃO NA POLÍTICA: Apontamentos sobre as capacidades deliberativas dos adolescentes¹

POLARIZATION AND PROJECTION IN POLITICS: Notes on the deliberative capacities of adolescents

Vitor José Braga Mota Gomes²
Tatiana Guenaga Aneas³

Resumo: Este trabalho tem como foco a deliberação de adolescentes nas discussões sobre política nas mídias sociais. A partir de uma pesquisa conduzida com estudantes do ensino médio de Sergipe, exploramos as percepções dos adolescentes entrevistados sobre sua participação em debates políticos, tanto presencialmente quanto nas mídias sociais. O trabalho fundamenta-se nos estudos sobre deliberação política na contemporaneidade, considerando o contexto das TICs, aspectos subjacentes ao período da adolescência e efeitos de projeção. A análise de conteúdo das entrevistas revela que os adolescentes lidam com dinâmicas sociais próprias das plataformas de mídias sociais em suas deliberações, equilibrando o desejo de um diálogo aberto com os desafios impostos por interações agressivas e conflitos geracionais. Suas experiências ressaltam a importância de ambientes de apoio para promover discussões políticas construtivas.

Palavras-Chave: Deliberação política. Mídias sociais. Adolescentes.

Abstract: This work focuses on the deliberation of teenagers in discussions about politics on social media. Based on a survey conducted with high school students in Sergipe, we explored the perceptions of the teenagers interviewed about their participation in political debates, both in person and on social media. The work is based on studies on political deliberation in contemporary times, considering the context of ICTs, aspects underlying the period of adolescence and projection effects. The content analysis of the interviews reveals that adolescents navigate social dynamics characteristic of social media platforms in their deliberations, balancing the desire for open dialog with the challenges posed by aggressive interactions and generational conflicts. Their experiences highlight the importance of supportive environments to promote constructive political discussions.

Keywords: Political deliberation. Social media. Teenagers.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Processos Comunicacionais, Infância e Juventude. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Alagoas, Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, vitor.braga@ichca.ufal.br

³ Professora do curso de Publicidade e Propaganda e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, tatianeas@academico.ufs.br

1. Introdução

A participação política de adolescentes em ambientes digitais tem se tornado um fenômeno cada vez mais relevante, especialmente diante da expansão das plataformas *online* enquanto espaços de discussão e mobilização. No caso dos estudantes do ensino médio, esse engajamento assume contornos particulares, influenciados por fatores como acesso à informação, repertórios midiáticos e contextos socioculturais. Dados da pesquisa TIC Domicílios 2024 indicam que a faixa etária de 16 a 24 anos representa o grupo com maior presença na *internet* no Brasil, atingindo 98% desse estrato.

Por outro lado, um estudo realizado em 2021 pelo Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC) revelou que 83% dos jovens brasileiros avaliam as discussões políticas nas mídias sociais como agressivas e marcadas pela intolerância. Devido ao receio de sofrerem cancelamento, 59% desse público evita participar de debates políticos *online*. O encontro dessas duas pesquisas sugere que, embora os jovens e adolescentes estejam amplamente presentes nas ambiências digitais, eles não as percebem como espaços propícios para o debate de temas políticos.

Embora haja tal percepção — sobretudo de que o debate político possa ser marcado por violência —, as mídias sociais desempenham um papel central na construção de uma esfera de diálogo político (GOMES, 2018). Estas se consolidaram como um importante palco contemporâneo para a discussão de temas socialmente relevantes, configurando-se como uma nova esfera pública (HABERMAS, 2023), apesar de todas as suas contradições. Ainda que as plataformas possam ser vistas como espaços de participação superficial e propícios a manifestações antidemocráticas, polarizadas ou incivilizadas (PAPACHARISSI, 2004), também é possível reconhecer seu potencial como arenas de debate ampliado e qualificado, especialmente para adolescentes em processo de formação cidadã.

Neste contexto, é fundamental compreender como estão se desenvolvendo as competências para o exercício da cidadania entre os adolescentes – entre elas, as capacidades para participar de um debate, presencial ou *online*. Embora sejam normativamente orientadas para o consenso e a busca do bem comum, sabe-se que experiências de deliberação podem gerar discussões mais ou menos acaloradas, ou mesmo agressivas.



Este artigo tem como objetivo investigar sob quais condições esses jovens e adolescentes se envolvem em deliberações políticas *online*, buscando compreender os elementos que motivam ou inibem sua participação. A pesquisa parte do pressuposto de que a dinâmica das interações digitais, somada às características da juventude contemporânea, configura um cenário complexo que merece atenção acadêmica e prática.

Para alcançar esses objetivos, será empregada a análise de conteúdo categorial para interpretar os dados coletados, permitindo identificar padrões e singularidades nas formas de participação política dos adolescentes. O *corpus* é composto de entrevistas em profundidade com adolescentes de escolas públicas de Sergipe. Apresentamos aqui um recorte de um estudo maior, que adota uma abordagem exploratória e combina métodos como etnografia de curto prazo, grupos focais, experimentos de debate *online*.

Em sua primeira fase, a pesquisa teve financiamento do Programa de Apoio e Desenvolvimento de Políticas Públicas em Educação Básica e Profissionalizante para o Estado de Sergipe⁴, e conta com pesquisadores do campo da comunicação das Universidades Federais de Sergipe (UFS) e Alagoas (Ufal). A proposta é dar continuidade às investigações em outros estados, incluindo uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB).

Esperamos que as discussões apresentadas contribuam não apenas para a compreensão dos fatores que influenciam esse engajamento, mas também para a proposição de ações educativas que qualifiquem as discussões políticas nos contextos formais e informais de aprendizagem – as ambientes digitais e o espaço escolar –, fortalecendo a formação cidadã da adolescência.

2. Referencial teórico

Uma vez que este trabalho investiga as percepções e formas de participação dos adolescentes em debates políticos *online*, a fim de sugerir estratégias educativas, buscamos ferramentas conceituais em três diferentes eixos teóricos: democracia deliberativa, juventude e mídias digitais, e educação midiática.

⁴ A partir de um projeto de pesquisa aprovado no Edital FAPITEC/SE/SEDUC nº 04/2023.

Os problemas centrais das teorias deliberativas dizem respeito às formas e possibilidades do debate público nas sociedades complexas e ao seu potencial de fortalecimento da democracia. Com base em Habermas, Chambers (2003, p. 309) define deliberação como “debate e discussão com o objetivo de produzir opiniões razoáveis e bem informadas nas quais os participantes estão dispostos a revisar preferências à luz da discussão, novas informações e reivindicações feitas por outros participantes”. Trata-se de um processo que inclui argumentação e negociação, onde os interesses particulares são constrangidos pela orientação para o entendimento mútuo (HABERMAS, 2020). Para que este processo ocorra idealmente, princípios de liberdade, igualdade, reciprocidade, sinceridade e racionalidade devem estruturar o funcionamento da esfera pública – o espaço onde questões de interesse público podem ser debatidas por todos os concernidos, através do discurso crítico-racional (GRAHAM & WITSCHGE, 2003).

Alguns críticos da tradição habermasiana consideram este entendimento de deliberação como idealista. Seguindo a trilha de Mendonça (2011, p. 209), entendemos que "a deliberação pressupõe o embate com o outro e o choque de perspectivas", e que deliberação e agonismo não são um par antitético. A concepção de democracia deliberativa aqui adotada considera, por um lado, os ideais de igualdade e racionalidade como parte de um modelo normativo de debate público e, por outro, sua dimensão agonística (MOUFFE, 2006), pressupondo o conflito e a paixão como componentes legítimos do processo democrático. Há, ainda, que se considerar que se a esfera pública descrita por Habermas há mais de seis décadas já estava contaminada pela lógica comercial dos meios massivos, os espaços de debate plataformizado tendem à formação de “esferas semipúblicas”, caracterizadas pela “rejeição das vozes dissonantes e pela inclusão assimiladora das vozes consoantes em seu próprio horizonte de suposto "saber"” (HABERMAS, 2023, p. 76).

Um levantamento dos estudos recentes sobre a atuação política dos adolescentes, com foco no uso de mídias sociais, mostra que a maioria adota premissas mais alinhadas à perspectiva participacionista, preocupadas sobretudo com a apatia e o cinismo político da juventude contemporânea. Por outro lado, há, em menor quantidade, estudos centrados em investigar as práticas e competências deliberativas deste público (Maia *et al*, 2023; Lo, 2017; Keegan, 2021). Não ignoramos as diferenças e tensões entre as duas correntes teóricas –

discutidas por autores como Cohen (2018). Nesta breve revisão, referenciamos pesquisas que se aproximam da perspectiva deliberacionista por entender que nosso problema se concentra em compreender como os adolescentes utilizam (ou não) a participação no debate público como instrumento de atuação e formação políticas. Isso sem deixar de reconhecer que há extensa produção sobre os limites e as transformações nas formas de atuação política da juventude contemporânea – inclusive a partir das mídias sociais (KEATING & MELIS, 2017; PIANTAVINHA, 2022; MONTEMAYOR *et al.*, 2019; BAQUERO *et al.*, 2016; BATISTA & SIMÕES, 2022; CHOI, 2016).

Autores que se dedicaram a compreender processos deliberativos por parte da juventude têm advogado pela adoção de uma perspectiva que permita incluir o conflito e os afetos como elementos do processo de educação política orientada para o desenvolvimento de capacidades deliberativas. Lo (2017) defende um modelo baseado na deliberação agonística, que procura orientar o conflito para formas produtivas de negociação e ação política. Keegan (2021), propõe uma "literacia afetiva crítica" como forma de contemplar outras competências necessárias para participar do debate público, para além dos critérios tradicionais de igualdade, civilidade e razoabilidade. Uma pesquisa conduzida com jovens estadunidenses mostrou que os participantes desejam um discurso calmo e civilizado, mas admitem ficar entediados com discussões que carecem de paixão (Peacock, Leavitt, 2016), o que revela a necessidade de considerar a dimensão afetiva e contenciosa dessas experiências.

Trata-se de incorporar valores da democracia deliberativa, tais como igualdade de participação, reciprocidade, valorização do melhor argumento e busca do bem comum. Para isso, há um conjunto de condições que precisam ser atendidas, tais como a capacidade do sistema de garantir que interesses particulares ficarão de fora do processo, e algum nível de igualdade entre os participantes, no que tange às condições materiais de vida e, também, às suas capacidades deliberativas. Capacidades essas que são desenvolvidas ao longo da trajetória de cada indivíduo, seja na educação formal, seja no mundo da vida. Maia (*et al.*, 2024, p. 47) definem capacidades deliberativas como “a motivação e a habilidade de uma pessoa explicar os seus pontos de vista com base em considerações ponderadas e envolvimento recíproco de forma mais inclusiva e respeitosa”. Embora o ambiente de debate mediado por dispositivos digitais tenha particularidades em relação a situações presenciais,

entendemos que o desenvolvimento destas competências é importante para ambas experiências.

Nesta pesquisa, a perspectiva deliberacionista se articula com os estudos sobre adolescência e juventude especialmente em dois aspectos. Em primeiro lugar, precisamos considerar que os adolescentes são influenciados pela necessidade de pertencimento e aceitação social, especialmente nas mídias sociais (VALKENBURG & PETER, 2013). Essa necessidade pode criar um conflito com os princípios da deliberação, que exigem abertura a perspectivas diversas e a disposição para reconsiderar opiniões; quando os adolescentes temem a exclusão ou a rejeição, eles podem evitar debates polêmicos ou adotar posições conformistas para se alinhar ao grupo, o que limita a pluralidade de vozes necessária para uma deliberação eficaz. Em segundo lugar, Nesi e Prinstein (2015) mostram como as mídias sociais incentivam a comparação social e a busca por validação, o que pode levar à autocensura e à hesitação em expressar opiniões divergentes; esse comportamento é particularmente problemático para a deliberação, que depende da diversidade de perspectivas e da disposição para desafiar ideias estabelecidas.

A adolescência é uma fase crucial para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais que são fundamentais para a deliberação, como o debate crítico-racional, a reciprocidade e a reflexividade (GRAHAM & WITSCHGE, 2003). No entanto, como aponta Uhls (*et al.*, 2014), o ambiente digital pode tanto facilitar quanto dificultar esse desenvolvimento, dependendo de como é utilizado. Nessa perspectiva, é importante integrar a educação deliberativa ao currículo escolar, oferecendo oportunidades para os adolescentes praticarem o debate em ambientes estruturados e mediados. Isso pode incluir simulações de fóruns deliberativos, onde os adolescentes aprendem a ouvir, argumentar e negociar soluções coletivas. Além disso, é importante trabalhar a resiliência emocional, ajudando os adolescentes a lidarem com a discordância e a crítica de forma construtiva.

Em linha com pesquisadores do campo da literacia midiática como Livingstone (2009), reconhecemos que são necessárias mais pesquisas para compreender como os adolescentes desenvolvem estratégias para navegar em um ambiente digital cada vez mais inseguro, violento e polarizado, recusando a ideia de que os adolescentes desta geração seriam “nativos digitais”, com altas competências auto-desenvolvidas para lidar com esses desafios.

Livingstone & Third (2017) afirmam, com farta base empírica, que suas habilidades em geral não ultrapassam a dimensão técnica, e que há lacunas importantes em termos de competências críticas para o uso da rede. Scolari (2018) já apontava que, embora apresentem habilidades técnicas e criativas, o mesmo não acontece com competências éticas na rede. Em pesquisa com jovens portugueses, Matos (*et al.*, 2023) mostram que não há relação entre competências digitais desenvolvidas e níveis de participação política *online*. Embora esses autores não tratem de deliberação diretamente, competências relativas a postura ética e senso crítico nas interações digitais são indispensáveis para se inserir em um debate de forma respeitosa e produtiva. Neste sentido, o trabalho desenvolvido por pesquisadoras como Baptista (*et al.*, 2018), Magalhães e Cal (2019) e Maia (*et al.*, 2024) articula deliberação e educação, propondo modelos de práticas educacionais para o desenvolvimento de competências deliberativas em escolas brasileiras. Nossa pesquisa procura contribuir com este debate enfocando aspectos dessas experiências em ambientes digitais.

Assim, acreditamos que compreender as percepções, sentimentos e formas de atuação dos adolescentes sergipanos com relação ao debate político *online* pode contribuir para compor o cenário já esboçado por estudos anteriores, além de auxiliar na formulação de estratégias para a formação de "mentalidades democráticas", como preconiza Paulo Freire (1973). Em sintonia com Dewey (1979, p. 94), assumimos a defesa de uma educação democrática, entendida como ideal de "expansão das aptidões do indivíduo em um desenvolvimento progressivo orientado para fins sociais".

3. Metodologia

Os dados foram coletados por meio de entrevistas em profundidade com 47 estudantes do segundo e terceiro anos do ensino médio da rede pública em seis municípios de Sergipe, entre março e maio de 2024. As cidades selecionadas⁵ estão distribuídas em diferentes regiões do estado, o que permitiu contemplar realidades socioeconômicas e culturais diversas. As missões de pesquisa consistiram em duas semanas de atividades em cada município. Além das entrevistas, a pesquisa também incluiu outros procedimentos metodológicos, como a

⁵ Aracaju, Estância, Lagarto, Poço Verde, Nossa Senhora das Dores e Canindé do São Francisco

aplicação de questionários, a realização de grupos focais e a organização de uma discussão em grupo *online*⁶, cujos dados não serão analisados neste artigo, mas que compõem o conjunto mais amplo da investigação.

As entrevistas em profundidade foram escolhidas como *corpus* deste trabalho por sua capacidade de capturar a complexidade e a riqueza das experiências subjetivas dos participantes. De acordo com Flick (2014), esse método permite explorar, de maneira detalhada, as percepções, motivações e práticas dos entrevistados, que enriquecem a compreensão do fenômeno investigado. As entrevistas foram conduzidas de forma semiestruturada e presencial.

Na análise qualitativa, os dados referentes às percepções e comportamentos auto-declarados dos estudantes, coletados nas duas primeiras atividades do grupo focal e nas entrevistas semiestruturadas, foram submetidos à análise de conteúdo categorial (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021). A obra serviu como referência para a organização e interpretação dos materiais, permitindo-nos identificar categorias temáticas que emergiram das falas dos entrevistados.

As categorias de análise (Tabela 1) foram derivadas do livro de códigos previamente produzido, com base na literatura sobre qualidade deliberativa (MAIA *et al.*, 2023) e nos dados previamente coletados nos seis municípios sergipanos. A análise dos dados levou em consideração aspectos sociodemográficos, como gênero, religião, raça/etnia e classe social – sem, no entanto, estabelecer comparativos entre esses marcadores, mas sim explorar como eles se entrelaçam nas experiências e narrativas dos entrevistados.

⁶ No WhatsApp, no qual os voluntários participavam de deliberações a partir de temas sugeridos pela equipe moderadora – pesquisadores do projeto.

TABELA 1
Categorias criadas para a análise de conteúdo

Categorias	Códigos	
Percepções sobre agressividade	Motivos	Situações
Temas que gostam/ Temas que não gostam	Animais Aberto Educação Sistema de cotas Desigualdade social Nacionalismo Fake news Racismo Tecnologia Comunismo/socialismo Segurança Transporte público Saúde pública	Direitos da criança e adolescente Saúde mental Gênero Democracia Economia Religião Política partidária Porte de armas Pauta LGBT Estupro Pedofilia Legalização das drogas Pena de morte
Onde debatem/ Onde não debatem	Não debatem Em casa Na escola Nas eleições WhatsApp Twitter	Instagram Discord Tiktok Online Pessoalmente
Com quem debatem/ Com quem não debatem	Com os pais Com familiares Com colegas	Com professores Com terceiros
Motivações para debater	Se informar/ampliar conhecimento Contato com perspectivas diferentes Desenvolver senso crítico/ opinião própria Expressar opiniões Participação em projetos Interesse pelo assunto	Conflitos Atuação política Indignação Exercer cidadania Lutar por direitos
Como se sentem ao debater	Sentimentos positivos	Sentimentos negativos
Como debatem	Defende seu ponto de vista Tenta entender o outro Aberto para mudar de opinião Compara posicionamentos Desiste do debate	Apresenta argumentos Diálogo respeitoso Não muda de opinião Se exalta Evita discordância

FONTE – Pesquisa empírica.

O processo envolveu a codificação dos dados, a construção de categorias analíticas e a interpretação dos padrões encontrados, sempre buscando articular as vozes dos participantes com os objetivos da pesquisa (COSTA & AMADO, 2019). Essa abordagem metodológica possibilitou uma compreensão aprofundada dos fatores que influenciam a participação



política dos adolescentes em ambientes digitais, além de oferecer subsídios para a proposição de ações educativas voltadas à qualificação dessas discussões.

4. Resultados

Identificamos alguns padrões e comportamentos relacionados à forma como os adolescentes interagem e deliberam sobre política *online*. Apresentamos os resultados nos próximos tópicos.

4.1. Com quem debatem

A deliberação pressupõe a troca de ideias entre indivíduos com perspectivas diversas, mas os adolescentes tendem a se engajar em discussões políticas principalmente com pessoas próximas, sobretudo colegas de escola e amigos. Os entrevistados geralmente discutem sobre política com membros da família, amigos, colegas da escola e, ocasionalmente, com pessoas desconhecidas na internet (FIG. 1). Os debates costumam ocorrer presencialmente em casa, na escola, em reuniões familiares e por meios *online*, principalmente no WhatsApp ou em plataformas como Twitter e Instagram.

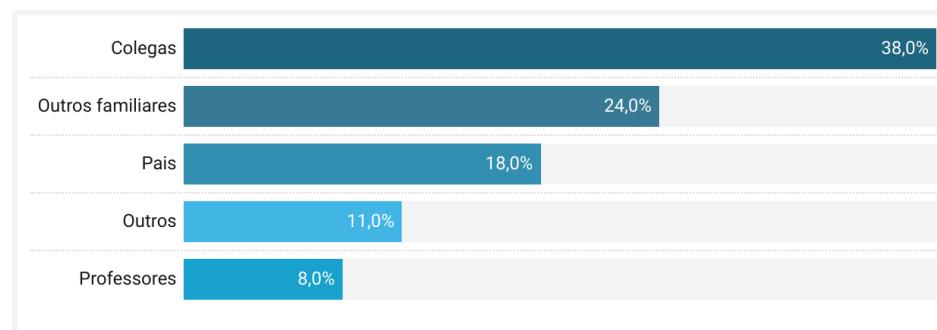


FIGURA 1 – Com quem os adolescentes debatem (percentual de menções).

FONTE – Pesquisa de campo.

Em nossa pesquisa, pudemos constatar uma preferência por debates presenciais, nos quais foram 54% mais frequentes do que os debates *online*. Essa tendência pode ser explicada pela busca por ambientes seguros, onde se sentem mais à vontade para expressar suas opiniões. Nessa perspectiva, os dados apontam que, embora a maior parte das interações no cotidiano sejam *online*, quando o assunto envolve a política preferem fazê-lo pessoalmente.

Os adolescentes geralmente preferem discutir tópicos políticos com colegas ao invés de com a família, o que indica maior conforto com perspectivas compartilhadas. Como exemplo, um entrevistado declarou:

Com meus amigos, porque eles já sabem que eu não sei me expressar muito bem, aí eles vão entender. Online eu posso, tipo, buscar uma palavra que eu tenha esquecido e pá para poder debater melhor com a pessoa, aí eu sinto um pouco mais de conforto nesse sentido. (Entrevistada 1, Dores).

A escolha de grupos preferenciais para interação pode influenciar a qualidade da deliberação *online*. Graham e Witschge (2003) discutem a importância da reciprocidade como um elemento essencial do debate racional-crítico. No entanto, quando adolescentes interagem apenas com grupos que compartilham suas crenças, há uma limitação na troca de perspectivas, restringindo a reflexividade e reforçando visões pré-existentes; estão “pregando para convertidos”, como sugerem Keating e Melis (2017).

Isso evidencia a importância dos círculos sociais familiares na promoção do diálogo aberto, franco. Ademais, pudemos perceber alguma resistência para o debate por alguns adolescentes pelo fato de não dominarem o assunto. Um estudante de Aracaju relatou ter dificuldade em debater com um colega com um maior embasamento político, mas afirmou que compartilha suas opiniões com amigos, colegas, professores e familiares, por entender que estaria mais livre de julgamentos. Se, por um lado, essa falta de domínio pode ser vista como uma preocupação legítima, por outro, percebe-se também que alguns adolescentes evitam debater certos temas por receio de serem contestados ou até rechaçados de forma agressiva ou “tóxica”.

Podemos inferir que tais relatos demonstram uma incapacidade de deliberação em certos ambientes ou grupos sociais por fatores como o medo de se expor e a insegurança sobre temas políticos, mas também pode demonstrar um temor de não se encaixar em sua rede de amigos. Estudos sobre mídias sociais e identidade, como os de Valkenburg e Peter (2011), destacam como os adolescentes moldam suas opiniões e comportamentos para se adequar às expectativas de seus grupos de referência. O medo de não pertencer a uma rede de amigos pode levar à autocensura e à hesitação em participar de debates.

A escola emerge como um espaço importante para a deliberação, especialmente em debates organizados por professores ou em projetos escolares. Nesses contextos, os

adolescentes demonstram maior disposição para ouvir e considerar diferentes pontos de vista, alinhando-se com os princípios da deliberação. Os estudantes geralmente discutem sobre política tanto com colegas como com professores. E embora alguns já tenham sido contestados em suas posições, continuaram engajados nas conversas, especialmente durante aulas de disciplinas que levantam temas políticos⁷.

Há uma evidente dificuldade em dialogar com pessoas mais velhas, especialmente diante de divergências ideológicas. Alguns evitam discutir por conta de posições extremas de familiares, enquanto outros preferem conversar com amigos, onde há mais abertura para diferentes opiniões. Eles buscam entender diferentes pontos de vista, mas nem sempre conseguem devido à falta de abertura das outras pessoas para o diálogo.

Ainda, a polarização política é relatada pelos sujeitos da pesquisa como um fator que dificulta ou mesmo impede o diálogo:

Eu tenho receio de falar sobre política com a minha família porque o meu pai é bolsonarista e o resto da minha família, os irmãos dele, são petistas. Aí eu prefiro evitar falar por causa do meu pai e da minha mãe também, ela é petista, tipo, eu não sou petista nem bolsonarista, aí eu prefiro evitar dentro de casa. Eu nunca falo (Entrevistada 04, Estância).

4.2. Afetos

A deliberação requer um ambiente de respeito mútuo e disposição para ouvir o outro, mas discordias e disputas por posições não são raras e podem ser consideradas como parte do processo democrático (MOUFFE, 2006). Em nossa pesquisa, sentimentos negativos aparecem com mais predominância do que os sentimentos positivos nos relatos dos adolescentes quando debatem política (FIG. 2). Contudo, demonstram consciência sobre a agressividade que pode surgir em debates políticos *online* e adotam estratégias para mitigar esses comportamentos. Cabe ponderar que o desinteresse pelo tema não é citado de maneira significativa, à diferença do que apontam pesquisas anteriores, que identificam a apatia política como característica da juventude contemporânea. Isso pode, no entanto, ser justificado pelo próprio desenho da pesquisa: as entrevistas foram a última etapa da coleta,

⁷ Em Aracaju foi mencionada a disciplina de Sociologia como propícia a debates na área



sendo realizada exclusivamente com voluntários – que eram os mais interessados pelo tema da deliberação política⁸.

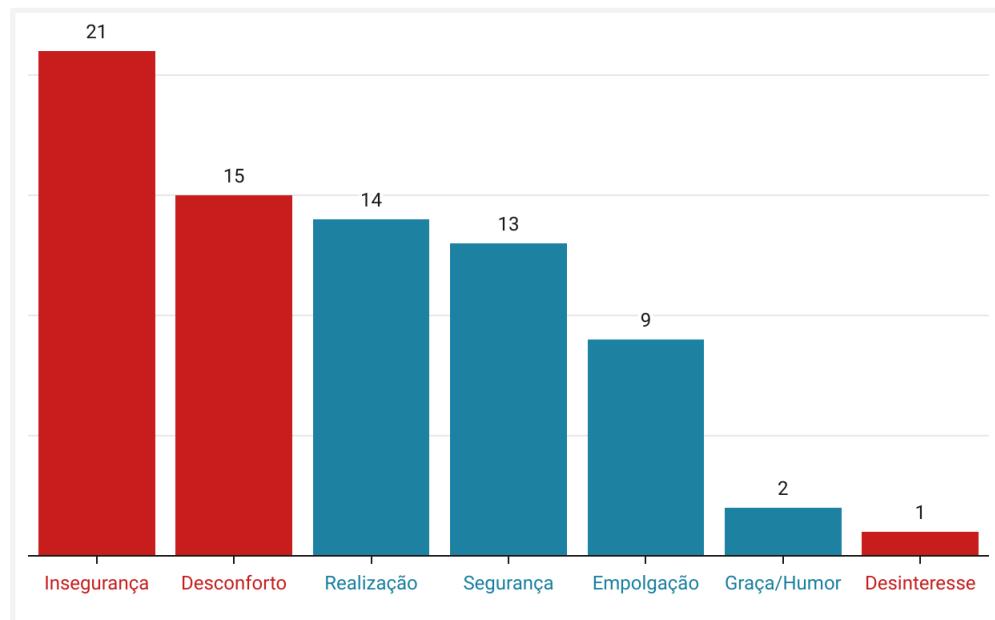


FIGURA 2 – Como os adolescentes se sentem ao debater (menções totais). Em vermelho marcamos os sentimentos negativos, em azul os positivos.

FONTE - Pesquisa de campo.

O comportamento agressivo pode surgir quando há uma falta de reciprocidade no debate, isto é, quando não há um real intercâmbio de argumentos, apenas imposição de opiniões. Graham e Witschge (2003) indicam que o processo de deliberação depende da disposição para ouvir e refletir; sem isso, a comunicação pode se tornar conflituosa e improdutiva.

Alguns acreditam ser melhor debater pessoalmente para evitar agressividade, enquanto outros veem na internet uma "terra sem lei" para expressar opiniões sem consequências. Isso sugere que as interações em copresença são vistas como mais respeitosas e propícias ao diálogo construtivo, o que pode estar associado à sensação de anonimato que as mídias sociais produzem (KOWALSKI *et al.*, 2014), garantindo uma segurança para o agressor – e uma inseurança para o agredido, que muitas vezes são os adolescentes. O anonimato e a

⁸ No Colégio Estadual Atheneu Sergipense (Aracaju) alguns participantes da pesquisa participavam de projetos ligados à deliberação, a exemplo do Parlamento Jovem Brasileiro.

falta de moderação nessas plataformas, assim, frequentemente resultam em debates polarizados e pouco construtivos, distanciando-se dos ideais deliberativos.

A sensação de anonimato está diretamente ligada ao fenômeno do *cyberbullying* e da agressão verbal nos meios digitais. Estudos mostram que adolescentes e jovens são particularmente vulneráveis a esses comportamentos, pois o ambiente digital pode encorajar a expressão de hostilidade sem medo de retaliação direta (KOWALSKI *et al.*, 2014). Em nossa pesquisa, tivemos relatos de entrevistados a respeito da preferência por discussões presenciais para evitar a agressão *online* – o que reflete essa dinâmica.

Muitos entrevistados mencionam a importância de manter um tom cortês e respeitoso durante as discussões, mesmo diante de divergências. Essa postura é essencial para a deliberação, pois permite que diferentes perspectivas sejam consideradas. Para preservar a qualidade do diálogo – e também as relações –, alguns adolescentes preferem evitar discussões com pessoas que demonstram comportamento agressivo ou que não estão dispostas a ouvir opiniões contrárias:

Tem muita gente que é muito extremista tanto para os dois lados, aí se a gente vai conversar, o que será que essa pessoa vai fazer com a gente? Então, às vezes é melhor evitar, sair e não falar nada. (Entrevistado 02, Lagarto)

Essa estratégia, embora compreensível, pode limitar a diversidade de perspectivas nos debates e incentivar a auto-censura. Analisando a circulação de discursos no X, Papacharissi (2015) propõe que o debate político em ambiente digital se organiza muito mais em torno do pertencimento a grupos – chamados “públicos afetivos” – do que da troca de razões públicas. É possível que este fenômeno esteja afastando os adolescentes do debate público *online*, e o que poderia ser um espaço para o exercício deliberativo se torna algo a ser evitado (Aneas *et al.*, 2024).

Por fim, conforme alguns relatos dos entrevistados, a apresentação de argumentos bem fundamentados, respaldados por fontes confiáveis e evidências sólidas, pareceu desempenhar um importante papel na promoção da qualidade da deliberação nas mídias sociais. Isto porque quando observaram influenciadores do campo da política ancorando suas opiniões em fatos e dados, os adolescentes percebem que esta prática não apenas fortalece a credibilidade

de suas posições, mas também contribui para elevar o nível do debate, favorecendo um diálogo menos sujeito a reações emocionais excessivas.

4.3. Conflitos Geracionais

A deliberação pressupõe a inclusão de diferentes vozes, mas os adolescentes enfrentam desafios ao tentar dialogar com pessoas mais velhas, especialmente familiares. Esses conflitos geracionais limitam o potencial deliberativo das interações. A análise dos relatos indica que, quando há abertura familiar para opiniões diferentes, os adolescentes encontram nesse ambiente uma oportunidade valiosa para exercitar suas capacidades deliberativas:

Eu acho que quando você só concorda você se torna uma massa de manobra, então eu gosto muito de chegar "pai, eu não concordo com tanta coisa que o senhor fala" e aí ele fica "porque você não concorda?" e aí a gente fica debatendo e normalmente é no almoço, são tipo conversas pessoais (Entrevistada 2, Aracaju).

A literatura da área sobre socialização política frequentemente destacava o papel dos pais como agentes primários na formação das opiniões políticas dos adolescentes. Segundo essa perspectiva, os pais seriam referências fundamentais, transmitindo valores, crenças e comportamentos políticos que moldariam a visão dos adolescentes sobre a política (Easton e Dennis, 1980). Essa visão partia do pressuposto de que os jovens e adolescentes internalizavam as opiniões dos familiares por meio de processos de imitação, diálogo e exposição a discussões políticas no ambiente de casa. Putnam (2000) argumenta, no entanto, que as mudanças sociais e tecnológicas reduziram a influência da família na socialização política. Isso não significa que os pais tenham perdido completamente seu papel, mas sim que sua influência está sendo dividida com outros atores sociais⁹ e, em alguns casos, desconsiderada.

Muitos entrevistados mencionam que evitam discutir política com familiares mais velhos, especialmente quando há divergências ideológicas. A agressividade e a inflexibilidade de alguns adultos desencorajam a participação dos adolescentes, criando barreiras para a deliberação. Isso reflete uma divisão geracional que complica discussões abertas sobre crenças políticas. Nesse aspecto, muitos adolescentes mencionam que seus pais tendem a ser

⁹ A exemplo dos influenciadores mencionados por eles, que têm a capacidade de agendar discussões políticas e apresentar vieses no quais eles se associam.

agressivos ou inflexíveis em suas opiniões, o que desencoraja o diálogo. Em vez de promoverem a troca de ideias, essas interações frequentemente resultam em conflitos e frustrações. Como efeito, o medo de serem julgados ou ridicularizados por suas opiniões leva muitos adolescentes a evitar discussões políticas em casa ou em ambientes familiares.

A falta de empatia pode ser geradora de um conflito geracional. Se os adolescentes percebem que os mais velhos não têm interesse pela escuta, isso cria uma barreira para a deliberação, tornando o diálogo intergeracional mais difícil. Sendo assim, a percepção do ambiente familiar enquanto um espaço de transmissão intergeracional de valores políticos, onde os pais desempenhavam um papel central na formação da identidade política dos filhos, parece estar sendo reconfigurada. Os relatos dos adolescentes apontam dificuldades significativas em discutir política especialmente quando há divergências ideológicas.

4.4. Mudanças de Opinião

Um dos pilares da deliberação é a disposição para reconsiderar suas próprias opiniões com base no diálogo com o outro. No entanto, os adolescentes demonstram uma postura ambivalente em relação à mudança de opinião. Em debates mais construtivos, especialmente com colegas ou em ambientes escolares, os adolescentes se mostram dispostos a mudar de opinião quando apresentados a argumentos convincentes (FIG. 3). Essa abertura é fundamental para a deliberação, pois permite que novas perspectivas sejam incorporadas e as discussões evoluam em direção a soluções ponderadas.

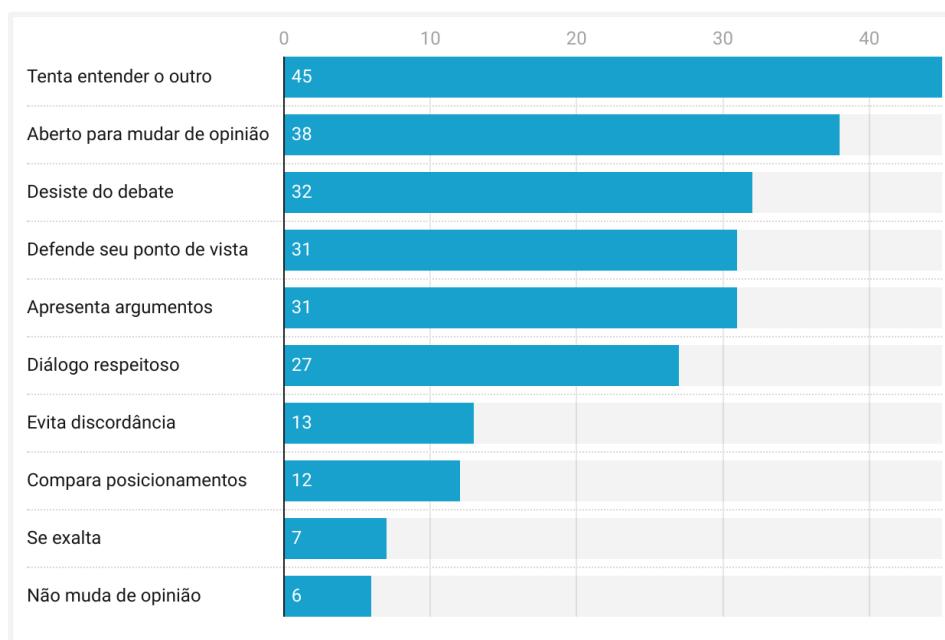


FIGURA 3 – Como os adolescentes debatem (menções totais).

FONTE - Pesquisa de campo.

Um tema recorrente é a percepção de que os outros são resistentes a mudar suas opiniões. Uma entrevistada comentou:

Eu tento falar com calma, ver o que a pessoa está dizendo, mas muitas vezes a pessoa tem a mente fechada, ela não quer ver. Eu tento mostrar como a opinião está errada, procuro entender o porquê da opinião dela. (Entrevistada 2, Poço Verde).

Isso indica um reconhecimento da dificuldade de mudar de perspectiva, muitas vezes atribuindo o desafio às atitudes dos outros e não às suas próprias – o que podemos relacionar a um efeito de projeção. É possível relacionarmos a resistência a mudanças de posições ao receio de não se sentirem pertencendo a grupos sociais e os seus discursos, o que pode levar alguns adolescentes a silenciar no debate ou ainda a se associar a posições que não tenham tanta segurança – produzindo efeitos que pesquisas em comunicação já caracterizam como espiral do silêncio (BARROS FILHO, 1995).

Uhls (*et al.*, 2014) destacam que a falta de habilidades socioemocionais para lidar com a rejeição pode exacerbar esse temor, tornando os adolescentes mais vulneráveis à ansiedade social e à conformidade. Dessa forma, o medo de não pertencer não apenas influencia as interações *online*, mas também restringe a capacidade dos adolescentes de participar plenamente de deliberações, levando-os a adotar posições que nem sempre refletem suas verdadeiras convicções.

Em contraste, em debates *online* ou com pessoas mais velhas, os adolescentes tendem a ser mais resistentes a mudar de opinião. Eles frequentemente atribuem essa inflexibilidade aos outros, especialmente nas mídias sociais, onde a impunidade pode incentivar posturas mais rígidas.

Esse aspecto se relaciona diretamente com a noção de reflexividade discutida por Graham e Witschge (2003). Segundo os autores, a deliberação não é apenas sobre expressar opiniões, mas também sobre reconsiderá-las com base em argumentos racionais. A incapacidade de mudar de opinião revela uma falha na prática deliberativa, pois indica que os participantes não estão dispostos a questionar suas próprias crenças.

Ainda, conforme os relatos dos adolescentes, o que eles entendem como um “fanatismo político” leva à falta de respeito pela opinião alheia, criando um ambiente onde defender um candidato é visto como obrigatório. Como consequência, gera divisões e dificulta a ponderação entre diferentes linhas de pensamento.

4.5. Manutenção de Convicções

A deliberação envolve a capacidade de reconsiderar suas próprias opiniões; contudo, percebemos em muitos casos que os adolescentes demonstram uma oscilação entre a abertura à mudança e a manutenção de convicções firmes. A dificuldade na deliberação, conforme os relatos dos adolescentes, pode surgir de discussões que ficam fora de controle devido à imaturidade para respeitar outras opiniões, a o que eles chamam de “mente fechada” e falta de conhecimento (FIG. 4). Muitas vezes, as pessoas se exaltam ao discutir política por não quererem entender o ponto de vista alheio e por sempre quererem se sentir certas.

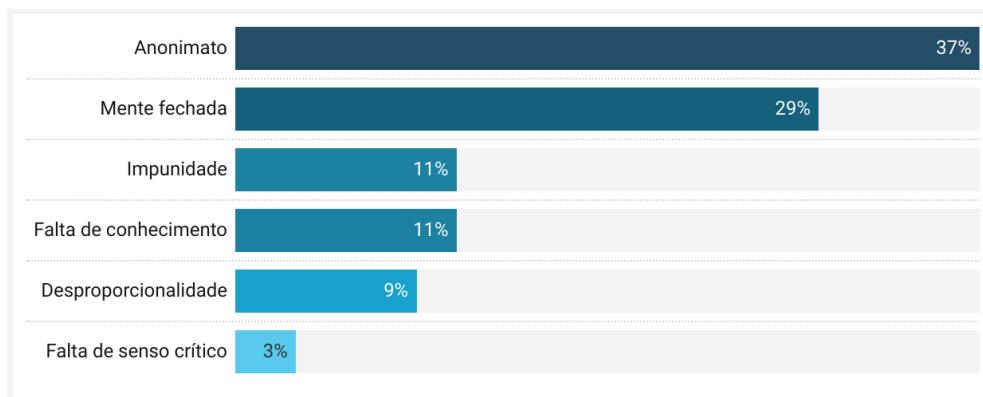


FIGURA 4 – Motivos mais mencionados pelos adolescentes que dificultam a deliberação.
FONTE - Pesquisa de campo.

A percepção de “imaturidade” na deliberação, especialmente no ambiente *online*, representa um desafio entre os adolescentes. Essa imaturidade pode ser atribuída a fatores como o desenvolvimento cognitivo e emocional em andamento, que limita a capacidade de engajar em debates complexos e de considerar perspectivas divergentes. Além disso, as câmaras de eco, criadas por algoritmos que priorizam conteúdo alinhado às crenças pré-existentes, reforçam visões polarizadas e dificultam a exposição a ideias diversas (HABERMAS, 2023). Esses fatores combinados criam um ambiente propício para comportamentos imaturos, como ataques pessoais, falta de paciência e resistência à mudança de opinião.

Embora alguns adolescentes estejam abertos a mudar suas opiniões, essa disposição depende do contexto. Por exemplo, um deles declarou:

Eu gosto muito de discutir sobre política... mas depende da pessoa que eu tô discutindo. (Entrevistada 3, Poço Verde)

Isso sugere que sua abertura à mudança é influenciada pela dinâmica da conversa e pelos indivíduos envolvidos. Em debates sobre temas polêmicos, como aborto ou porte de armas, os adolescentes tendem a ser mais resistentes a mudar de opinião. Eles frequentemente mencionam que preferem evitar esses temas ou que se sentem desconfortáveis ao debatê-los, o que limita o potencial deliberativo dessas discussões.

A disposição para mudar de opinião também parece ser influenciada pelo ambiente em que o debate ocorre. Em ambientes *online*, onde há maior anonimato e potencial para

agressividade, os adolescentes tendem a ser mais defensivos e menos abertos a reconsiderar suas posições.

Além disso, questionamos se a resistência à mudança de opinião está nos adolescentes ou naqueles com quem interagem. Isto porque muitas vezes a incapacidade do outro de mudar de opinião tem relação, na verdade, com a sua própria incapacidade para a mudança. A esse respeito, estudos atribuem o conceito de projeção psicológica: um mecanismo de defesa no qual indivíduos atribuem a outros características, sentimentos ou comportamentos que eles próprios possuem, mas não reconhecem ou não querem admitir (Baumeister *et al.*, 1998). No contexto dessa pesquisa, os adolescentes podem estar projetando sua própria resistência à mudança de opinião nos outros, acusando-os de terem "a mente fechada".

5. Discussão

A partir da análise das entrevistas, percebemos que no geral eles preferem debater com pessoas da mesma idade, especialmente em ambientes escolares, e adotam estratégias para evitar conflitos, como o diálogo respeitoso e o uso de argumentos embasados. Anderson (*et al.*, 2014) argumentam que o ambiente digital encoraja comportamentos que seriam evitados em interações presenciais, como agressividade e falta de empatia. Para os adolescentes, que ainda estão desenvolvendo habilidades de regulação emocional e comunicação, esses desafios são ainda mais pronunciados. Nesse aspecto, a copresença também pareceu um elemento importante; isto porque muitos adolescentes expressam sua preferência por discussões presenciais para evitar o tom agressivo que pode surgir *online*.

O medo de serem julgadas na *internet*, aliado à falta de respeito pelas ideias alheias e ao fanatismo político, pode levar as pessoas a se tornarem agressivas nos debates. Por outro lado, há um temor de não se sentir pertencentes a grupos sociais aos quais eles querem aderir, influenciando comportamentos, escolhas e até a expressão de opiniões. Esse medo está enraizado na necessidade de aceitação e validação – aspectos fundamentais do desenvolvimento social nessa fase. Segundo Valkenburg e Peter (2013), as mídias sociais amplificam essa dinâmica, pois oferecem um espaço onde a inclusão e a exclusão são constantemente negociadas por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos. A busca

por pertencimento pode levar os adolescentes a adotar comportamentos conformistas, como evitar debates polêmicos ou alinhar-se a opiniões populares, mesmo que não reflitam suas verdadeiras convicções. Isso ocorre porque a rejeição *online*, como ser ignorado ou criticado publicamente, pode ser percebida como uma ameaça à identidade social e à autoestima.

Além disso, estudos como o de Nesi e Prinstein (2015) mostram que as mídias sociais criam um ambiente de comparação social constante, onde os adolescentes avaliam seu valor com base na aceitação digital. Plataformas digitais incentivam a busca por aprovação por meio de conteúdos que seguem tendências ou padrões de popularidade. Essa pressão pode levar à autocensura e à hesitação em expressar opiniões divergentes, especialmente em debates *online*, onde o risco de exclusão é maior. Portanto, a imaturidade na deliberação *online* não é apenas uma questão individual, mas também um reflexo das características das plataformas digitais e da fase de desenvolvimento em que os adolescentes se encontram. Essas observações destacam a necessidade de promover espaços de diálogo mais inclusivos e respeitosos, tanto nos meios digitais quanto em contextos de copresença, para facilitar a participação política dos adolescentes.

Vale apontar também o efeito de projeção ao longo das percepções a respeito da participação de si mesmo e dos outros nos processos deliberativos, especialmente quando notamos os mecanismos de defesa que consistem em atribuir a terceiros ou ao mundo que o rodeia os erros ou desejos pessoais. É possível perceber tal efeito em três dimensões em nossa discussão (VALKENBURG & PETER, 2013). Em primeiro lugar, alguns adolescentes afirmaram que estão abertos ao diálogo e à mudança de opinião, enquanto descrevem os outros como inflexíveis e fechados ao debate; na prática, essa percepção pode ser mais uma defesa psicológica do que um reflexo real de suas atitudes. Em segundo, no que tange às estratégias para mitigar comportamentos agressivos, pode ser que os entrevistados identifiquem a toxicidade e os conflitos no ambiente digital como um problema causado pelos outros, sem reconhecer que também podem contribuir para a escalada das tensões. Em terceiro, o conflito geracional pode ser descrito como uma barreira imposta pelos mais velhos, sem que os adolescentes percebam que também podem estar reforçando a separação ao não flexibilizarem suas próprias formas de comunicação e escuta; tais conflitos desafiam a noção de que os pais seriam referências incontestáveis no processo de socialização política.

A análise desse fenômeno permite compreender como os adolescentes constroem narrativas sobre sua participação política *online* e justificam suas dificuldades e limitações. Em algumas circunstâncias, quando os adolescentes percebem que seus interlocutores estão realmente engajados no diálogo (reciprocidade), podem estar mais dispostos a reconsiderar suas posições. Quando há a percepção de um ambiente hostil ou fechado ao debate, a tendência é permanecer na própria posição. Isso ajuda a entender não apenas as barreiras individuais à deliberação, mas também os desafios estruturais para promover um ambiente mais democrático no debate digital. Por fim, reforça a importância da educação midiática para promover práticas deliberativas mais abertas e equilibradas.

6. Considerações finais

Embora as experiências de debate presencial e mediado devam idealmente seguir os mesmos princípios – igualdade, liberdade, reciprocidade, racionalidade – os entrevistados demonstram reconhecer as especificidades e dificuldades do debate sob a mediação das plataformas digitais, tais como o anonimato, a impunidade e a escassez de espaços de diálogo orientado para o entendimento. Nesse sentido, as mídias sociais são percebidas como ambientes onde o debate tende a ser improutivo ou agressivo.

Experiências projetadas para favorecer a deliberação podem se mostrar desafiadoras. No escopo desta pesquisa, foram realizados debates presenciais e a partir de grupos de WhatsApp com os participantes e, apesar da relativa mediação dos pesquisadores em uma situação controlada, em muitos momentos as discussões se afastaram de ideais deliberativos. Esses dados ainda se encontram em análise e, em breve, terão os resultados publicados, a fim de aprofundar a compreensão sobre as capacidades deliberativas em interações mediadas pelas TICs, para além dos relatos dos adolescentes.

A tendência a projetar nos outros uma postura inflexível pode levar os adolescentes a acreditarem que apenas determinadas condições os fazem mudar de opinião, enquanto os demais parecem impermeáveis ao debate. Quando o interlocutor apresenta o que chamam de “mente fechada”, os adolescentes tendem a interromper ou evitar o debate, o que demonstra a

dificuldade em lidar com a divergência e para se autorresponsabilizar pela continuidade e qualidade do debate.

Para promover o desenvolvimento de capacidades deliberativas entre adolescentes nas mídias sociais, é essencial criar espaços que estimulem o diálogo respeitoso e a diversidade de opiniões, ao mesmo tempo que combatem comportamentos agressivos e polarizados. É sabido que há processos em curso relativos às empresas de plataformas – como o capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2020), ou o colonialismo de dados (COULDREY, 2020) – que dificultam a formação de ambientes e fluxos de conversação que favoreçam a deliberatividade.

A escola pode desempenhar um papel crucial nesse processo, oferecendo oportunidades para debates estruturados e mediados, onde os adolescentes possam praticar os princípios da deliberação democrática de maneira reflexiva, observando suas próprias limitações e incrementando suas competências. No contexto da esfera pública platformizada, insistir em práticas educativas para o debate civilizado torna-se ainda mais urgente e relevante, sobretudo entre cidadãos em formação.

Este artigo busca contribuir para as pesquisas sobre processos comunicacionais, infância e juventude ao explorar a interseção entre a perspectiva deliberacionista e os desafios enfrentados por adolescentes no ambiente das mídias sociais, oferecendo reflexões sobre como fatores como o medo de não pertencimento, a desinibição *online* e a falta de habilidades socioemocionais impactam a capacidade de engajamento em debates democráticos. Ao articular teorias do desenvolvimento adolescente com os princípios da deliberação, o estudo avança na compreensão de como promover diálogos mais inclusivos e respeitosos entre os próprios adolescentes e com outros grupos sociais - a exemplo de seus familiares.

Como desdobramento, a pesquisa reforça a importância da educação midiática para fomentar práticas comunicativas mais abertas e reflexivas, capazes de superar barreiras à participação democrática. Para investigações futuras, sugere-se explorar intervenções educativas que promovam a escuta ativa e o pensamento crítico nos ambientes digitais, além de investigar como diferentes plataformas e algoritmos influenciam a dinâmica da deliberação entre os adolescentes.

Referências

- ANEAS, T.; BRAGA, V.; FLEXOR, C.; BECKER, B. Comportamentos tóxicos na perspectiva dos adolescentes: a política e a "militância" nas mídias sociais. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 47, p. e2024126, 2024.
- ANDERSON, Ashley *et al.* The 'nasty effect': Online incivility and risk perceptions of emerging technologies. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 19, n. 3, p. 373–387, 2014..
- BAUMEISTER, R.; DALE, K.; SOMMER, K.. Freudian defense mechanisms and empirical findings in modern social psychology. **Journal of Personality**, v. 66, n. 6, p. 1081–1124, 1998.
- BAPTISTA, Érica et. al. Comunicação Política e educação: desenvolvimento de capacidades deliberativas entre jovens da rede pública de ensino no Brasil. **Comunicação & Inovação**, v. 19, n. 41, p. 149-166, 2018.
- BAQUERO, M.; BAQUERO, R.; MORAIS, J. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 989-1008, 2016.
- BARROS FILHO, C.. **Ética na Comunicação:** da informação ao receptor, São Paulo: Moderna, 1995.
- BATISTA, S.; SIMÕES, J. Cidadania digital de jovens em três países europeus: perfis de (não) participação cívica online. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 98, p. 9-29, 2022.
- CETIC.br. TIC Domicílios 2024. Disponível em: https://data.cetic.br/explore/?pesquisa_id=1&unidade=Usu%C3%A1rios. Acesso em: 07 fev. 2025.
- CHAMBERS, Samuel. Deliberative democratic theory. **Annual Review of Political Science**. v. 6, 307-326, 2003.
- CHOI, Moonsun. A concept analysis of digital citizenship for democratic citizenship education in the internet age. **Theory & research in social education**, v. 44, n. 4, p. 565-607, 2016.
- COSTA, A.; AMADO, J. **Análise de Conteúdo Suportada por Software**. Aveiro: Ludomedia, 2018.
- COULDREY, Nick. Colonialismo de dados e Esvaziamento da vida social antes e pós pandemia de covid-19. **Homo Digitalis: A Escalada da Algoritmização da Vida**, 2022.
- DEWEY, John. **Democracia e educação:** introdução à filosofia da educação. 4^a Ed., São Paulo. Cia. Ed. Nacional, 1979
- EASTON, D.; DENNIS, J. **Children in the Political System:** Origins of Political Legitimacy. New York: McGraw-Hill, 1980.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- GOMES, Wilson. **A democracia no mundo digital:** História, problemas e temas. Edições Sesc, 2018.
- GRAHAM, T.; WITSCHGE, T. In Search of Online Deliberation: Towards a New Method for Examining the Quality of Online Discussions. **Communications**, v. 28, n. 2, p. 173-204. 2003.
- HABERMAS, Jürgen. **Faticidade e validade:** contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia. Trad.: Felipe Gonçalves Dias e Rúrión Melo. Editora Unesp, 2020.
- _____. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa.** Trad.: Denilson Luis Werle. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2023.
- IPEC Inteligência. Pesquisa Avaaz/Fundação Tide Setubal sobre Democracia e Eleições 2021. Disponível em: <https://www.ipec-inteligencia.com.br/pesquisas/>. Acesso em: 09 fev. 2025.
- KEATING, A.; MELIS, G. Social media and youth political engagement: Preaching to the converted or providing a new voice for youth?. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 19, n. 4, p. 877-894, 2017.
- KEEGAN, Patrick. Critical affective civic literacy: A framework for attending to political emotion in the social studies classroom. **The Journal of Social Studies Research**, v. 45, p. 15-24, 2021.



KOWALSKI, R.; GIUMETTI, G.; SCHROEDER, A.; LATTANNER, M. Bullying in the digital age: A critical review and meta-analysis of cyberbullying research among youth. **Psychological Bulletin**, v. 140, n. 4, p. 1073–1137, 2014.

LIVINGSTONE, S.; THIRD, A. Children and young people's rights in the digital age: An emerging agenda. **New Media & Society**. v. 19, n. 5, p. 657-670, 2017.

LO, Jane. Empowering Young People through Conflict and Conciliation: Attending to the Political and Agonism in Democratic Education. **Democracy & Education**, v. 25, n. 1, 2017.

MAIA, Rousiley (org.). **Métodos de pesquisa em comunicação política**. Salvador: Edufba, 2023.

MAIA, Rousiley *et al.* Desenvolvendo capacidades para a comunicação democrática: uma abordagem integrada de ensino baseada na deliberação. **Comunicação & Educação**, v. 29, n. 1, p. 43-64, 2024.

MATOS, T.; KUBRUSLY, A.; BATISTA, S. Participação política online e competências digitais: um estudo de caso com jovens universitários. **Medi@ções**, v. 11, n. 2, p. 145-163, 2023.

MENDONÇA, Ricardo. Reconhecimento e (qual?) deliberação. **Opinião Pública**. vol. 17, n. 1, p. 206-227, 2011.

MONTEMAYOR, D.; PEÑA-RAMOS, J.; LÓPEZ, F. La participación política online de los jóvenes en México, España y Chile. **Comunicar: Revista Científica de Comunicación y Educación**, n. 61, p. 83-92, 2019.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 25, p. 165-175, 2006.

NESI, J.; PRINSTEIN, M. Using social media for social comparison and feedback-seeking: Gender and popularity moderate associations with depressive symptom. **Journal of Abnormal Child Psychology**, v. 43, n. 8, p. 1427–1438, 2015.

PAPACHARISSI, Zizi. Democracy online: Civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. **New media & society**, v. 6, n. 2, p. 259-283, 2004.

PEACOCK, C.; LEAVITT, P. Engaging Young People: Deliberative Preferences in Discussions About News and Politics. **Social Media + Society**. January-March 2016, p. 1–11, 2016.

PIANTAVINHA, Luigi. A importância das Redes Digitais no engajamento político dos jovens da Universidade do Porto: Reflexão sobre a atividade e presença da política em Portugal. **Cadernos IS-UP**, n. 1, 2022.

PUTNAM, R. **Bowling Alone**: The Collapse and Revival of American Community. New York: Simon & Schuster, 2000.

NESI, J.; PRINSTEIN, M. Using Social Media for Social Comparison and Feedback-Seeking: Gender and Popularity Moderate Associations with Depressive Symptoms. **Journal of abnormal child psychology**, v. 43, n. 8, p. 1427–1438, 2015.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: ENAP, 2021.

UHLS, Y. *et al.* Five days at outdoor education camp without screens improves preteen skills with nonverbal emotion cues. **Computers in Human Behavior**, v. 39, n. 1, p. 387–392, 2014.

VALKENBURG, P.; PETER, J. Online communication among adolescents: An integrated model of its attraction, opportunities, and risks. **Journal of Adolescent Health**, v. 48, n. 2, p. 121–127, 2011.

VALKENBURG, P.; PETER, J. The Differential Susceptibility to Media Effects Model. **Journal of Communication**, v. 63, n. 1, 2013.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Editora Intrínseca, 2020.